

EDUCAÇÃO E OS NOVOS ARRANJOS FAMILIARES: ESTUDO SOBRE A PERSPECTIVA DO EDUCADOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA DE MOGI DAS CRUZES, DIANTE DA ADOÇÃO DE CRIANÇAS POR CASAIS HOMOSSEXUAIS

Angélica A. Curvelo Alves¹; Adolfo Ignacio Calderón²; Michel Mott³

Estudante do Curso de Pedagogia; e-mail: angelicaaca@bol.com.br¹

Professor da Universidade de Mogi das Cruzes; e-mail: calderon@umc.br²

Professor da Universidade de Mogi das Cruzes; e-mail: michelmott@yahoo.com.br³

Área do Conhecimento: Educação

Palavras-chaves: novos arranjos familiares, homossexualidade, Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa nasceu de algumas inquietações no sentido de compreender como a escola, como instância de ensino e formação, compreende mudanças sociais em suas força e velocidade, as considera variáveis ou não do sucesso escolar e as enfrenta do ponto de vista da tomada de posturas pedagógicas e formativas. Muito pontualmente, como compreende e valora a participação da família no desenvolvimento infantil, e sob quais modelos familiares sustenta seus currículos e as formações dos educadores. Baseou-se na ampla divulgação dada à adoção, concedida pelo Poder Judiciário Brasileiro, de uma criança de cinco anos a um casal homossexual, fato social que, invariavelmente chegará à escola e implicará ações pedagógicas. Para a construção crítico-analítica a que se propôs a pesquisa foram basilares as idéias impressas nas obras de Castells (2002), Heller (1989), Parolin (2003), Zabalza (1998), entre outros.

OBJETIVOS

Formaram o rol de objetivos deste estudo: a investigação da perspectiva do educador da escola pública de Educação Infantil do município de Mogi das Cruzes frente aos novos arranjos familiares, especialmente os constituídos por crianças adotadas por pessoas do mesmo sexo; a possibilidade de dimensionar que preconceitos cercam os novos arranjos familiares e a antecipação reflexiva de uma realidade social emergente que influencia diretamente as relações estabelecidas com a criança e dela com o ensino.

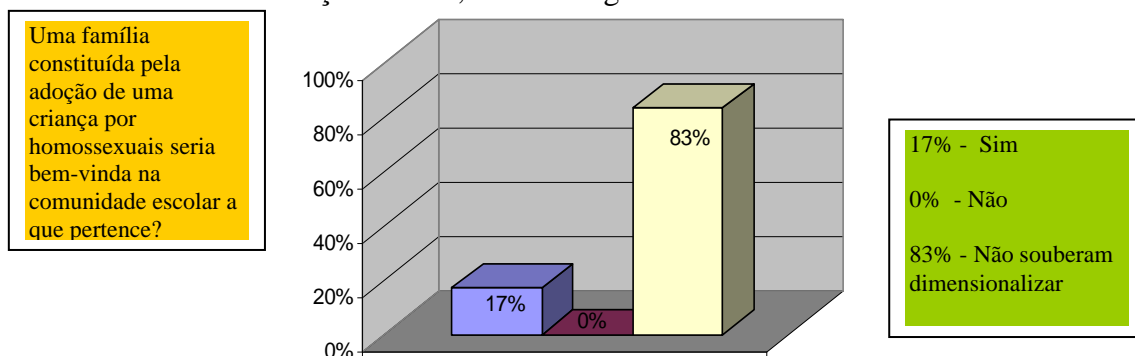
METODOLOGIA

Foram realizadas entrevistas com doze educadores (três diretores de escola, três coordenadores e seis professores), que trabalham diretamente com a Educação Infantil em bairros significativos na composição urbana da cidade de Mogi das Cruzes. Mediante as análises dos diferentes autores que advogam sobre as temáticas: evolução cultural; novos arranjos familiares; homossexualidade; concepções de infância; teorias de desenvolvimento infantil; escola; formação de educadores e plenitude de direitos; foram levantados os principais indicadores que caracterizam cada uma destas e utilizados na construção do instrumento de coleta de dados. Na pesquisa, essencialmente qualitativa, elegeu-se a análise crítica dos dados coletados como principal instrumento metodológico (TRIPP, 2005). Cada um dos entes pesquisados, além de tomar ciência do escopo da pesquisa e anuir com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), recebeu um caderno com nove questões fechadas e cinco

abertas que buscaram discutir o assunto em foco. Organizados, os dados permitiram aproximar o levantamento feito nas escolas daquele obtido por meio dos textos utilizados como referência para a análise da perspectiva do grupo de educadores, com o objetivo de comprovar ou negar as hipóteses de pesquisa elencadas inicialmente.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Na análise dos dados de caracterização dos entes pesquisados, verificou-se que a idade média entre os entrevistados é de quarenta anos de idade, que todos eram do sexo feminino e que contam com uma experiência média docente de dezoito anos. No que tange à formação, 42% dos entrevistados possuem apenas Graduação em Pedagogia e outros 58% possuem também Pós-Graduação *Latu Sensu*, ambas concluídas entre os anos de 1999 e 2005. Nas análises das questões de natureza exploratórias (01 e 02), 25% manifestaram conhecimento acerca do julgado que concedeu ao casal homossexual direito à adoção da menina de cinco anos, enquanto 75% manifestaram desconhecê-lo. Acerca do conceito que fazem sobre as relações homossexuais, 17% dizem serem estas relações contrárias à moral e 83% as consideram reais e merecedoras de respeito como todas as demais existentes e em todas as esferas da sociedade. Para a segunda questão outras ponderações foram registradas como a dificuldade enfrentada na aceitação social da homossexualidade e a contrariedade ao novo arranjo familiar. As questões 03 e 04 encaminham levantamento sobre o que os pesquisados pensam sobre escola e família. A primeira se referia à forma como as famílias participam do trabalho educativo planejado pela unidade escolar e indicou que para 8% dos entrevistados as famílias têm participação mínima em razão da falta de tempo e acúmulos laborais e para 92% a participação das famílias é grande em razão do ambiente propício criado pela escola para a composição de uma parceria. Na questão seguinte fora perguntado se a família constituída pela adoção de uma criança por homossexuais seria bem-vinda na comunidade escolar a que pertence o pesquisado. Para 17% o arranjo familiar homossexual adotante seria aceito, enquanto 83% - dado preocupante - não souberam dimensionar a aceitação ou não, conforme gráfico abaixo:



No grupo pesquisado, quando questionado sobre o trabalho educativo com os temas identidade, igualdade e diversidade, verificou-se que: 17% alegam trabalhar com os temas em momentos específicos de aprendizagem; 61% procuram vivenciar os temas no cotidiano educativo; 11% alegam discutir tais temas com os educandos os relacionando às realidades vividas e outros 11% procuram promover discussões na comunidade escolar com a finalidade de abstrair as necessidades próprias de determinados grupos em terem esses temas incluídos com maior ou menor profundidade no processo educativo. As questões 06 e 07 procuraram discutir a suficiência da formação dos pesquisados para lidar com os temas: diversidade, igualdade e arranjos familiares formados por homossexuais. Para 17% a formação a que tiveram acesso ao longo de suas carreiras fora suficiente para lidar com os temas diversidade e igualdade e, embora não tenha sido contemplada a temática dos novos arranjos familiares, declaram que

diante da necessidade poderiam realizar estudos individuais que lhes ajudassem a lidar metodologicamente com o fato novo. Entre 83%, há o reconhecimento de uma grande lacuna a ser sanada no que tange à formação inicial e continuada para lidarem com temáticas sociais complexas, compreendê-las e articulá-las às práticas educativas com a finalidade da vivência curricular. Na questão subsequente deveriam indicar se as formações continuadas podem dar suporte ao educador e prepará-lo para lidar com a diversidade. Para 7%, não são as formações continuadas que dão apoio ao educador para o trabalho com a diversidade, e sim a formação inicial em nível superior; para outros 7%, o educador deve ser agente de sua própria formação continuada diante de suas necessidades exclusivas; em contrapartida, para 46% dos pesquisados as formações continuadas colaboram grandemente para o trabalho competente com temáticas complexas, e a Secretaria de Educação do município as oferece regularmente; mas para 40% os formadores precisam ser mais realistas e objetivas. As questões 08 e 09 buscaram discutir respectivamente, em que medida há linearidade entre os documentos que organizam as diretrizes curriculares para a Educação Infantil desde a esfera da União até a esfera do Município a qual pertencem as unidades escolares em que estão lotados os entes pesquisados e, como o assunto aqui discutido, no que concerne aos novos arranjos familiares, está presente no Projeto Político Pedagógico das escolas e se de forma a privilegiar a formação do educador à luz de perspectivas de vivência plena da diversidade. Segundo 8% dos pesquisados, os Parâmetros Curriculares Nacionais, os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, as Diretrizes Curriculares do Município e a Proposta Político Pedagógica são documentos que não estão para a escola como lineares no que tange à formação do educador; para 17% os documentos são lineares, mas as práticas formativas que eles defendem são aterradas por problemas cotidianos na escola; outros 17% declaram que os documentos trazem a importância da formação do educador, sugerem espaços e temas para isso, mas não bastam para efetivá-la, para isso seria necessária vontade político-administrativa em oferecer formação continuada de qualidade aos educadores para a promoção da qualidade do ensino e conseqüente progresso social por meio da escola. Entretanto, para 58% toda a estrutura educacional funciona bem no município, os documentos e as práticas pedagógicas estão intimamente ligados, colaboram para a formação do educador e sua prática competente com o tema: diversidade. Sobre a ligação entre as Diretrizes Curriculares do município, o Projeto Político Pedagógico da unidade e o favorecimento de discussões formativas no cotidiano laboral: 12% acredita que os arranjos familiares e as diversidades são contempladas em discussões, formações e trabalhos junto à comunidade escolar; 41% entendem que esses documentos garantem espaços de formação continuada docente no âmbito das reuniões de Organização do Trabalho Escolar, onde são dirigidos estudos que privilegiam e instrumentalizam a prática docente para lidar com assuntos atuais e complexos; para 12% o educador é formado para o trabalho com a diversidade, à medida que se depara com ela em reuniões dentro das escolas; e segundo 35% a equipe gestora oferece espaços nos documentos para que sejam contemplados tais arranjos desde que eles adentrem à escola, logo eles não se vêem contemplados atualmente. As questões de 10 a 14 eram abertas, para as quais se elegeu a análise qualitativa das categorias de respostas mais recorrentes. A décima questão indagava sobre o preparo do educador para lidar com a criança adotada e a família formada por homossexuais a partir dos princípios basilares de que são iguais e diferentes de forma equilibrada. A resposta mais freqüente aponta a necessidade da revisão de alguns conceitos pelo coletivo de profissionais e apresenta a palavra *naturalidade* em substituição à idéia de preparo profissional para determinar a postura diante da nova família. Ainda nesta análise, restou evidente o preconceito com relação ao arranjo familiar formado pela

adoção de crianças por pares homossexuais. Para os entrevistados, a situação de ser uma criança derivada de arranjos, que não o da família nuclear, é uma realidade que merece ser respeitada, mas que dada a dificuldade metodológica de ser tratada, passa a ser negligenciada do trabalho educativo. Quando questionados sobre a hipótese de evitar uma criança derivada de família formada por pessoas do mesmo sexo, a resposta mais freqüente apresentou o fato de que não há problemas em ter essa criança na classe, mas de ter que lidar com sua família. Quando questionados, na décima segunda questão, se o simples fato da não abordagem do assunto família resolveria o dilema de contemplar os diferentes arranjos familiares na prática educativa, a resposta recorrente fora negativa, demonstrando o consenso na necessidade em se tratar o assunto, mas concomitantemente alertando para a falta de instrumentos formativos para lidar com ele. Quando a questão era como a Unidade Escolar contempla a diversidade de formações familiares em datas comemorativas como Dia das Mães e/ou Pais e se, em substituição a essas datas comemorativas seria um tratamento didático adequado a substituição pela comemoração do Dia da Família, as posições foram bastante diversas, demonstrando idéias conservadoras em defesa de ritos que assolam a Educação Infantil e, em contrapartida, a angústia dos educadores em verem oportunizados tempo e espaço para que reflitam sobre as verdadeiras funções da escola e dos fazeres que ela abriga. A última das questões abertas indagava sobre a existência ou não de ligação entre o fracasso escolar e a defasagem da formação do educador, especialmente para lidar com questões sociais complexas que invadem o cotidiano educativo. A maior freqüência se verificou na indicação de que o fracasso escolar está em razão de diversos fatores, que não foram determinados. Todos os entes pesquisados admitiram que a velocidade em que a sociedade se transforma não pode ser acompanhada pela educação, quiçá em âmbito público, e que formações de qualidade colaborariam grandemente para subsidiar a compreensão das especificidades do processo educativo junto à criança, e oportunamente enriquecer discussões acerca do tema fracasso e sucesso escolar.

CONCLUSÃO

Em consonância com os objetivos iniciais deste estudo e com as hipóteses propostas, fez-se possível identificar por meio de elementos representativos de uma rede de ensino, ainda que em um universo extremamente reduzido, a perspectiva preconceituosa dos entrevistados com relação à adoção de crianças por pares homossexuais e vinculá-la a defasagens no histórico formativo desses educadores. As principais conclusões a que nos conduz esta pesquisa são que os arranjos familiares estão, erroneamente, para os educadores como algo estático e que pouco influencia na qualidade de desenvolvimento que a criança alcança na Educação Infantil, e que estes educadores se reconhecem como pouco preparados para o trabalho e a vivência com a diversidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura; v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

PAROLIN, I. **Professores Formadores: A Relação entre a Família, a Escola e a Aprendizagem - Práticas Educativas**. 1. ed. Porto Alegre: Positivo, 2003.

TRIPP, D. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Educação e Pesquisa, São Paulo. v. 31, n. 3, p. 443-466, set/dez., 2005.

ZABALZA, M. A. **Qualidade em Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998.